



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE

Informe

Nº 32 – Abril 2012

**Perfil do Trabalho, Rendimento e Ocupações
com Ênfase na Economia Cearense**

iPECE INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho – Vice Governador

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

IPECE Informe - nº 32 – Abril de 2012

Elaboração

Daniel Cirilo Suliano (Coordenador do Documento)

Artur Ícaro de Moraes Pinho

Janaína Feijó

José Freire Junior

Revisão: *Laura Carolina Gonçalves*

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência;

Rigor científico;

Competência profissional;

Cooperação interinstitucional e

Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como centro de excelência na geração de conhecimento socioeconômico e geográfico até 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe** disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Nesta Edição

O presente informe tem como objetivo analisar os dados sobre trabalho e rendimento da população cearense e compará-los com os dos demais estados da federação. As análises desenvolvidas nesse documento foram obtidas com base nos dados do Censo 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Observou-se que o Nordeste foi à região com o maior número de trabalhadores que ganhavam até um salário mínimo e que não apresentavam rendimentos. Além disso, metade da população brasileira que não detinha nenhum rendimento estava localizada nessa região.

No caso dos trabalhadores cearenses, pouco menos de um terço eram empregados com carteira de trabalho assinada e um quarto da população empregada inserida na categoria conta-própria. Destaca-se que apenas 1,2% dos cearenses consideraram-se empreendedores.

1. INTRODUÇÃO

Esse informe tem como objetivo analisar os dados referentes às condições de trabalho e rendimento da população cearense comparando-os com os demais estados e regiões do Brasil. As análises desenvolvidas nesse documento foram obtidas com base nos dados do Censo 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA).

Nesse contexto, a investigação abrangeu as pessoas de 10 anos ou mais de idade, sendo classificadas, de acordo com as condições de atividade em pessoas economicamente ativas ocupadas, economicamente ativas desocupadas e as não economicamente ativas. Além disso, foram consideradas as pessoas ocupadas na semana de referência por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal e em termos de ganhos por quantidade auferida de salário mínimo.

Por fim, é também dedicada uma seção para a análise das pessoas ocupadas na semana de referência por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal. De acordo com o IBGE, podem-se dividir as ocupações em cinco categorias: empregados, empregadores, conta-própria, não remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo. Deve-se ressaltar que a categoria de empregado é subdividida em outras três: empregados com carteira de trabalho assinada, empregados militares e funcionários públicos estatutários, empregados sem carteira de trabalho assinada.

O documento está dividido em quatro seções além desta introdução. A segunda seção apresenta as condições de atividade e ocupação; na terceira é analisada a condição de ocupação por classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos. Na quarta seção estuda-se a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal e por último as considerações finais.

2. CONDIÇÕES DE ATIVIDADE E OCUPAÇÕES

Essa seção analisa os dados referentes às condições e ocupações de atividades dos indivíduos para o Brasil, regiões e estados.

A Tabela 1 refere-se à população residente absoluta teoricamente apta a exercer alguma atividade distribuída por regiões e estados e dividida em pessoas

economicamente ativa ou não economicamente ativa¹ além da condição de ocupação² na semana de referência.

Tabela 1: Condição de atividade e ocupação para Pessoas de 10 anos ou mais de idade – Brasil, Regiões e Estados – 2010

UF	Total	RK	Ativas	RK	Ativas ocupadas	RK	Ativas desocupadas	RK	Não Ativas	RK
Brasil	161.977.642	-	57,72%	-	53,30%	-	4,42%	-	42,25%	-
Rondônia	1.294.552	23	59,83%	10	56,53%	8	3,30%	24	39,99%	18
Acre	573.999	25	52,86%	19	48,59%	17	4,26%	15	47,12%	9
Amazonas	2.728.141	15	53,75%	18	48,51%	18	5,24%	7	46,24%	10
Roraima	353.531	27	55,39%	16	51,12%	14	4,27%	14	44,60%	12
Pará	6.062.135	9	52,61%	20	47,79%	20	4,83%	9	47,36%	8
Amapá	526.984	26	56,17%	13	49,49%	16	6,68%	1	43,82%	15
Tocantins	1.129.623	24	55,76%	14	51,62%	12	4,14%	17	44,23%	14
Norte	12.668.965	-	54,11%	-	49,38%	-	4,74%	-	45,85%	-
Maranhão	5.265.137	11	49,06%	27	44,81%	26	4,25%	16	50,93%	1
Piauí	2.598.103	17	50,73%	25	46,72%	23	4,01%	18	49,27%	3
Ceará	7.111.195	8	51,18%	23	47,23%	21	3,95%	20	48,81%	5
Rio Grande do Norte	2.676.139	16	51,37%	22	46,23%	24	5,14%	8	48,62%	6
Paraíba	3.161.604	13	51,14%	24	46,73%	22	4,41%	13	48,85%	4
Pernambuco	7.374.351	7	51,88%	21	46,13%	25	5,76%	3	48,11%	7
Alagoas	2.547.676	18	49,26%	26	43,95%	27	5,31%	5	50,73%	2
Sergipe	1.720.348	22	53,87%	17	48,34%	19	5,52%	4	46,11%	11
Bahia	11.764.415	4	55,71%	15	49,63%	15	6,07%	2	44,24%	13
Nordeste	44.218.968	-	52,23%	-	47,13%	-	5,10%	-	47,75%	-
Minas Gerais	16.891.616	2	58,84%	11	54,84%	11	4,00%	19	41,14%	17
Espírito Santo	3.005.435	14	60,86%	8	56,44%	9	4,42%	12	39,13%	20
Rio de Janeiro	13.907.034	3	56,21%	12	51,43%	13	4,77%	10	43,75%	16
São Paulo	35.721.530	1	60,57%	9	55,97%	10	4,60%	11	39,38%	19
Sudeste	69.525.615	-	59,29%	-	54,81%	-	4,48%	-	40,67%	-
Paraná	8.963.604	6	62,36%	4	59,23%	3	3,13%	25	37,63%	24
Santa Catarina	5.404.532	10	65,57%	1	63,08%	1	2,49%	27	34,42%	27
Rio Grande do Sul	9.327.329	5	62,40%	3	59,33%	2	3,07%	26	37,60%	25
Sul	23.695.465	-	63,11%	-	60,15%	-	2,96%	-	36,89%	-
Mato Grosso do Sul	2.059.874	21	61,14%	6	57,34%	6	3,79%	23	38,85%	22
Mato Grosso	2.537.455	19	60,94%	7	57,09%	7	3,85%	22	39,00%	21
Goiás	5.091.512	12	62,01%	5	58,12%	5	3,89%	21	37,99%	23
Distrito Federal	2.179.788	20	64,32%	2	59,07%	4	5,25%	6	35,65%	26
Centro-Oeste	11.868.629	-	62,05%	-	57,94%	-	4,11%	-	37,93%	-

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

¹ A soma da População Economicamente Ativa e da População Não Economicamente Ativa corresponde a População em Idade Ativa (PIA). Em outras classificações, a definição mais estrita da PIA restringe o número de habitantes com idade entre 15 e 64 anos de idade. A alta representatividade da PIA em relação à população total é resultado da combinação de dois fatores: redução da taxa de fecundidade da população aliada ao aumento da expectativa de vida. Essa elevada representatividade da PIA no total populacional também é definida como bônus demográfico.

² A pessoa foi classificada, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupada ou desocupada. A pessoa ocupada exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência ou a pessoa tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada nessa semana. Por sua vez, considerou-se como desocupada na semana de referência a pessoa sem trabalho, mas que estava disponível para assumir um trabalho nessa semana e que tomou alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias.

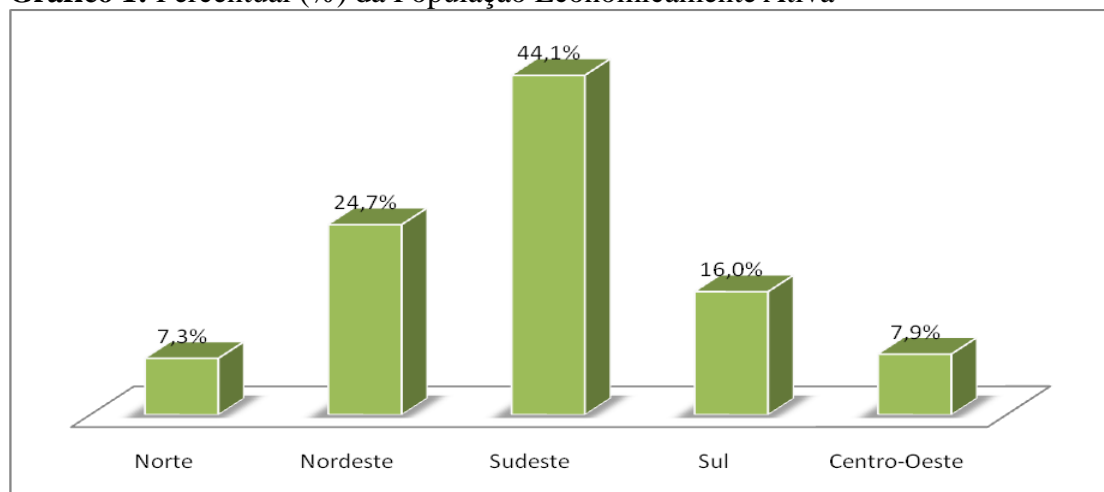
Evidencia-se que, em 2010, do total da população residente no Brasil com 10 anos ou mais, um total de 57,7% pertencem ao grupo das pessoas economicamente ativas. Além disso, no Brasil, 53,3% estavam ocupadas e 4,4% desocupadas.

O Nordeste participa como último lugar do *ranking* do grupo de pessoas economicamente ativas no país. De fato, 52,2% de sua população, com 10 anos ou mais, pertence ao grupo das pessoas economicamente ativas, ou seja, valor próximo ao alcançado pelo Brasil. Cabe salientar, que da população do Nordeste que se encontram no grupo das pessoas economicamente ativas, 47,1% estão ocupadas e 5,1% desocupadas.

Desagregando por estados, o Ceará ocupou, com 51,2% de sua população, o vigésimo terceiro lugar dos estados onde se encontravam os maiores números de pessoas nessa condição.

No Gráfico 1, encontra-se um comparativo da população economicamente ativa entre as regiões do Brasil. Observa-se que 24,7% residiam na região Nordeste, vindo em primeiro lugar a região Sudeste, alcançando quase a metade com 44,1% e, por último, o Norte com 7,3% da população economicamente ativa do país acompanhada de perto pela região Centro-Oeste.

Gráfico 1: Percentual (%) da População Economicamente Ativa



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Elaboração, IPECE.

Por sua vez, a Tabela 2 descreve as pessoas ocupadas por grupos de horas trabalhadas por semana no trabalho principal para as regiões e estados brasileiros. No caso, o Nordeste detém 40,38% de sua população trabalhando entre 40 e 44 horas semanais e 11,55% entre 45 e 48 horas. O Sudeste, por outro lado, possui 48,5% de sua população trabalhando entre 40 e 44 horas e 13,9% entre 45 a 48 horas. Além disso, 10,4% dos

nordestinos trabalham até 14 horas, enquanto o percentual dos sudestinos é de apenas 7,8%.

Tabela 2: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal no Brasil, Regiões e Estados, 2010

Unidades da Federação	Total	Até 14 hrs	RK	15-39 hrs	RK	40-44 hrs	RK	45-48 hrs	RK	49 hrs ou mais	RK
Brasil	86.330.213	8,33%	-	17,53%	-	45,97%	-	12,71%	-	15,42%	-
Rondônia	731.813	8,66%	14	18,45%	16	46,57%	8	10,22%	23	16,07%	9
Acre	278.924	11,68%	2	22,07%	12	39,58%	18	12,38%	14	14,23%	21
Amazonas	1.323.402	11,33%	4	22,69%	9	37,75%	25	12,88%	11	15,30%	17
Roraima	180.733	9,20%	13	25,69%	4	43,57%	13	8,49%	27	13,03%	23
Pará	2.896.891	11,60%	3	24,62%	7	32,42%	27	13,43%	7	17,89%	2
Amapá	260.819	8,61%	15	23,65%	8	38,82%	22	13,17%	9	15,69%	13
Tocantins	583.109	5,70%	26	19,74%	15	50,30%	5	11,57%	16	12,65%	24
Norte	6.255.691	10,46%	-	22,91%	-	37,78%	-	12,56%	-	16,25%	-
Maranhão	2.359.338	11,78%	1	25,26%	6	38,20%	24	11,17%	18	13,55%	22
Piauí	1.213.742	10,13%	8	25,71%	3	42,80%	16	9,65%	25	11,69%	26
Ceará	3.358.738	10,19%	7	21,44%	14	39,26%	19	13,24%	8	15,83%	12
Rio Grande do	1.237.237	7,94%	18	22,02%	13	41,29%	17	12,71%	12	15,99%	10
Paraíba	1.477.493	9,32%	12	25,73%	2	39,24%	20	10,94%	19	14,74%	18
Pernambuco	3.401.647	10,48%	6	22,12%	11	37,39%	26	13,11%	10	16,86%	5
Alagoas	1.119.783	10,08%	9	25,46%	5	39,09%	21	9,76%	24	15,58%	14
Sergipe	831.659	9,91%	10	25,91%	1	38,52%	23	11,18%	17	14,44%	20
Bahia	5.838.777	10,97%	5	22,28%	10	43,75%	12	10,51%	21	12,45%	25
Nordeste	20.838.414	10,42%	-	23,20%	-	40,38%	-	11,55%	-	14,42%	-
Minas Gerais	9.263.763	6,72%	22	16,94%	19	45,50%	10	15,27%	1	15,54%	15
Espírito Santo	1.696.224	6,31%	24	16,70%	20	47,08%	7	13,88%	5	15,99%	11
Rio de Janeiro	7.152.916	9,52%	11	15,99%	24	45,53%	9	12,39%	13	16,52%	7
São Paulo	19.994.370	7,95%	17	12,53%	27	50,99%	4	13,82%	6	14,66%	19
Sudeste	38.107.273	7,87%	-	14,43%	-	48,45%	-	13,90%	-	15,28%	-
Paraná	5.308.973	6,18%	25	15,43%	25	51,14%	3	11,70%	15	15,51%	16
Santa Catarina	3.409.302	4,92%	27	14,10%	26	54,87%	1	9,65%	26	16,42%	8
Rio Grande do Sul	5.534.006	6,43%	23	16,29%	23	49,82%	6	10,63%	20	16,79%	6
Sul	14.252.281	5,98%	-	15,45%	-	51,52%	-	10,80%	-	16,22%	-
Mato Grosso do	1.181.215	7,06%	21	16,47%	22	44,41%	11	14,37%	3	17,66%	4
Mato Grosso	1.448.558	7,23%	20	17,19%	18	43,09%	15	13,88%	4	18,55%	1
Goiás	2.959.271	7,43%	19	16,47%	21	43,47%	14	14,76%	2	17,83%	3
Distrito Federal	1.287.510	8,47%	16	17,96%	17	51,65%	2	10,33%	22	11,51%	27
Centro-Oeste	6.876.554	7,52%	-	16,90%	-	45,08%	-	13,68%	-	16,77%	-

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Logo, pelo menos no agregado, pode-se dizer que o Nordeste trabalha habitualmente menos que o Sudeste. Ressalte-se, também, que esse menor grau de operosidade pode acabar tendo reflexos no grau de desigualdade entre as regiões. Além disso, como os trabalhadores nordestinos são menos produtivos (produzam menos por hora

trabalhada), esses efeitos acabam se potencializando em termos de disparidade de renda.

A Tabela 3 acima contém o número de pessoas ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal do Brasil, regiões e estados. Antes de analisarmos esses dados, cabem alguns esclarecimentos adicionais.

Tabela 3: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal no Brasil, Regiões e Estado – 2010

Unidades da Federação	Município de residência	RK	No domicílio	RK	Fora do domicílio	RK	Outro município	RK	País estrangeiro	RK	Mais de um município ou país	RK
Brasil	75.209.133	-	26,55%	-	73,45%	-	13,53%	-	0,05%	-	1,20%	-
Rondônia	704.037	22	32,32%	1	67,68%	27	2,90%	24	0,05%	8	0,98%	16
Acre	270.738	25	30,97%	2	69,03%	26	2,18%	26	0,27%	4	0,58%	23
Amazonas	1.301.432	15	25,81%	14	74,19%	14	1,43%	27	0,04%	10	0,20%	27
Roraima	174.088	27	27,08%	8	72,92%	20	2,87%	25	0,46%	1	0,49%	24
Pará	2.684.028	10	29,12%	4	70,88%	24	7,28%	18	0,03%	13	0,61%	22
Amapá	241.801	26	22,15%	27	77,85%	1	7,05%	20	0,37%	2	0,43%	25
Tocantins	545.066	24	23,48%	23	76,52%	5	5,62%	22	0,01%	27	1,34%	8
Norte	5.921.190	-	28,00%	-	72,00%	-	4,95%	-	0,07%	-	0,62%	-
Maranhão	2.160.449	12	24,65%	18	75,35%	10	8,30%	17	0,05%	7	0,84%	20
Piauí	1.121.891	18	22,97%	25	77,03%	3	7,24%	19	0,01%	23	0,93%	18
Ceará	3.076.699	7	25,81%	15	74,19%	13	8,30%	15	0,01%	24	0,84%	21
Rio Grande do Norte	1.060.532	20	23,32%	24	76,68%	4	15,23%	7	0,02%	19	1,40%	7
Paraíba	1.293.681	16	25,19%	17	74,81%	11	12,70%	10	0,02%	20	1,48%	6
Pernambuco	2.807.442	9	27,03%	9	72,97%	19	19,83%	2	0,03%	12	1,29%	10
Alagoas	1.018.996	21	24,09%	21	75,91%	7	8,85%	14	0,01%	26	1,02%	15
Sergipe	697.334	23	24,47%	20	75,53%	8	17,69%	6	0,02%	18	1,54%	5
Bahia	5.342.270	4	26,17%	13	73,83%	15	8,30%	16	0,02%	16	0,96%	17
Nordeste	18.579.294	-	25,46%	-	74,54%	-	11,06%	-	0,02%	-	1,06%	-
Minas Gerais	8.167.638	2	24,56%	19	75,44%	9	12,18%	11	0,02%	22	1,21%	13
Espírito Santo	1.395.928	13	23,64%	22	76,36%	6	19,60%	3	0,03%	14	1,87%	3
Rio de Janeiro	5.879.093	3	26,57%	12	73,43%	16	20,75%	1	0,04%	11	0,87%	19
São Paulo	16.782.863	1	27,55%	6	72,45%	22	17,92%	5	0,02%	17	1,18%	14
Sudeste	32.225.522	-	26,45%	-	73,55%	-	17,05%	-	0,02%	-	1,16%	-
Paraná	4.619.008	6	26,93%	11	73,07%	17	12,84%	9	0,19%	5	1,90%	2
Santa Catarina	2.986.662	8	27,02%	10	72,98%	18	12,12%	12	0,05%	9	1,97%	1
Rio Grande do Sul	4.795.380	5	29,30%	3	70,70%	25	13,64%	8	0,09%	6	1,66%	4
Sul	12.401.050	-	27,87%	-	72,13%	-	12,98%	-	0,12%	-	1,82%	-
Mato Grosso do Sul	1.113.323	19	25,31%	16	74,69%	12	4,48%	23	0,37%	3	1,24%	12
Mato Grosso	1.348.130	14	27,20%	7	72,80%	21	6,11%	21	0,02%	21	1,30%	9
Goiás	2.476.134	11	28,00%	5	72,00%	23	18,21%	4	0,02%	15	1,27%	11
Distrito Federal	1.144.490	17	22,55%	26	77,45%	2	12,04%	13	0,01%	25	0,41%	26
Centro-Oeste	6.082.077	-	26,30%	-	73,70%	-	11,85%	-	0,08%	-	1,11%	-

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

O IBGE define “município de residência no domicílio” quando a pessoa exercia o trabalho principal no próprio domicílio. Já fora do domicílio de residência é quando a pessoa exercia o trabalho principal no município em que residia, mas não no próprio domicílio.

No caso do Ceará, 74,2% das pessoas ocupadas trabalhavam no município onde residem. Além disso, desse total, 25,8% trabalham na própria residência. Como também se observa, um percentual em torno de 8% das pessoas trabalham fora do município de moradia, ou seja, as pessoas preferem morar próximo ao local de trabalho em consequência da possível falta de mobilidade urbana que permeia em grande parte as principais cidades brasileiras.

3. CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO POR CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS

A Tabela 4 contém informações das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade em termos de salário mínimo para as regiões e estados brasileiros. No caso da regiões, pode-se observar que o Nordeste é o que apresenta o maior número de pessoas que ganham até um salário mínimo e que também não apresentam rendimentos. Nesse último caso, observa-se também que quase metade da população brasileira que não detinha nenhum rendimento pertencia a essa região.

Essa grande concentração de pessoas com baixos rendimentos na região Nordeste não é similar nas demais classes de rendimentos. De fato, é na região Sudeste onde existe um maior contingente de pessoas que ganham de 1 a 2 salários mínimos, 2 a 5 salários mínimos, 5 a 10 salários mínimos e mais de 20 salários mínimos.

Assim, enquanto no Nordeste a distribuição de rendimentos das pessoas concentra-se em ganhos de até um salário mínimo e sem apresentam rendimentos, no Sudeste e também no Sul a distribuição de rendimentos das pessoas está concentrada em diferentes classes de salários.

Tabela 4: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por classes de rendimento nominal mensal (salários mínimos) de todos os trabalhos no Brasil, Regiões e Estados – 2010.

Brasil/UF	Até 1	RK	1-2	RK	2-5	RK	5-10	RK	10-20	RK	Mais-20	RK	Sem rendimento	RK
Brasil	26.955.504	-	27.578.60	-	15.976.80	-	5.182.997	-	1.811.010	-	741.497	-	7.484.393	-
Rondônia	0,82%	24	0,80%	20	0,84%	19	0,75%	21	0,58%	23	0,58%	23	1,28%	21
Acre	0,39%	25	0,25%	25	0,25%	26	0,28%	26	0,22%	26	0,21%	26	0,58%	25
Amazonas	1,65%	18	1,31%	17	1,21%	17	1,20%	17	1,15%	16	1,07%	17	2,95%	14
Roraima	0,24%	27	0,15%	27	0,18%	27	0,26%	27	0,21%	27	0,19%	27	0,35%	26
Pará	4,72%	8	2,37%	10	2,07%	10	1,95%	13	1,82%	13	1,84%	12	6,11%	6
Amapá	0,35%	26	0,24%	26	0,30%	25	0,38%	25	0,29%	25	0,28%	25	0,32%	27
Tocantins	0,86%	23	0,52%	24	0,54%	24	0,61%	24	0,52%	24	0,55%	24	0,96%	23
Norte	9,02%	-	5,65%	-	5,39%	-	5,42%	-	4,78%	-	4,71%	-	12,54%	-
Maranhão	4,00%	10	1,53%	14	1,23%	16	1,26%	16	1,09%	18	1,15%	16	7,13%	4
Piauí	2,13%	14	0,73%	22	0,68%	21	0,68%	22	0,72%	21	0,74%	20	3,52%	11
Ceará	6,44%	5	2,31%	11	1,85%	13	1,97%	12	2,11%	11	2,23%	11	6,67%	5
Rio Grande do Norte	2,10%	15	1,08%	18	0,93%	18	0,96%	18	1,09%	17	1,02%	18	1,91%	17
Paraíba	2,65%	12	1,00%	19	0,82%	20	0,92%	19	1,02%	19	1,00%	19	3,59%	10
Pernambuco	6,00%	6	2,75%	9	2,23%	9	2,40%	10	2,58%	10	2,65%	10	6,05%	7
Alagoas	1,96%	17	0,78%	21	0,65%	22	0,78%	20	0,70%	22	0,71%	21	2,71%	15
Sergipe	1,54%	19	0,60%	23	0,54%	23	0,65%	23	0,72%	20	0,61%	22	1,44%	20
Bahia	10,57%	3	4,13%	7	3,61%	7	3,73%	7	3,84%	7	3,91%	7	12,59%	1
Nordeste	37,39%	-	14,92%	-	12,55%	-	13,36%	-	13,87%	-	14,00%	-	45,61%	-
Minas Gerais	12,72%	2	10,66%	2	9,62%	3	8,77%	3	8,34%	3	8,48%	3	8,58%	3
Espírito Santo	1,99%	16	2,05%	12	1,96%	11	1,99%	11	1,88%	12	1,71%	13	1,62%	18
Rio de Janeiro	6,89%	4	9,36%	3	9,68%	2	10,91%	2	12,61%	2	12,18%	2	3,33%	12
São Paulo	13,03%	1	29,31%	1	31,94%	1	31,77%	1	31,74%	1	32,13%	1	9,52%	2
Sudeste	34,64%	-	51,38%	-	53,20%	-	53,44%	-	54,56%	-	54,50%	-	23,06%	-
Paraná	4,68%	9	7,24%	5	7,27%	5	6,77%	4	5,78%	5	5,32%	6	4,80%	9
Santa Catarina	2,16%	13	4,99%	6	5,59%	6	4,33%	6	3,49%	8	3,09%	8	3,03%	13
Rio Grande do Sul	4,96%	7	7,37%	4	7,43%	4	6,76%	5	6,23%	4	5,66%	5	5,74%	8
Sul	11,80%	-	19,60%	-	20,28%	-	17,87%	-	15,51%	-	14,06%	-	13,57%	-
Mato Grosso do Sul	1,27%	21	1,53%	15	1,43%	15	1,44%	15	1,27%	15	1,33%	14	0,98%	22
Mato Grosso	1,47%	20	1,81%	13	1,92%	12	1,71%	14	1,36%	14	1,32%	15	1,52%	19
Goiás	3,49%	11	3,69%	8	3,56%	8	3,38%	8	2,93%	9	3,07%	9	2,12%	16
Distrito Federal	0,93%	22	1,42%	16	1,66%	14	3,38%	9	5,71%	6	7,00%	4	0,60%	24
Centro-Oeste	7,15%	-	8,45%	-	8,58%	-	9,91%	-	11,27%	-	12,72%	-	5,22%	-

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Por outro lado, São Paulo é o que apresentou o maior contingente de pessoas que ganhavam até 1 salário mínimo. Por sua vez, a Bahia é o que obtém o maior número de pessoas ocupadas que não possuem rendimentos. Neste mesmo ranking, tem-se o estado do Maranhão e o Ceará na quarta e quinta posição respectivamente.

Além disso, é possível observar que o Ceará apresentando posições intermediárias em termos de pessoas ocupadas com rendimentos que variaram de 1 e mais de 20 salários mínimos. Por exemplo, no caso de pessoas que ganhavam de 1 a 2 salários mínimos e de 2 a 5 salários mínimos o Estado esteve na 11ª e 13ª posição. Por fim, na tabela 5 tem-se o percentual de pessoas ocupadas que estão em cada faixa da distribuição de rendimentos.

Tabela 5: Percentual de Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos no Brasil e Regiões

UF	Até 1	RK	1 a 2	RK	2 a 5	RK	5 a 10	RK	10 a 20	RK	Mais de 20	RK	S/R	RK
Rondônia	30,1	1	30,1	1	18,4	3	5,3	5	1,4	6	0,6.	7	13,1	4
Acre	37,3	1	24,8	2	14,3	4	5,1	2	1,4	6	0,6.	7	15,5	3
Amazonas	33,6	1	27,2	2	14,7	4	4,7	5	1,6	6	0,6.	7	16,7	3
Roraima	35,4	1	23,1	2	15,9	3	7,4	5	2,1	6	0,8.	7	14,4	4
Pará	43,9	1	22,6	2	11,4	4	3,5	5	1,1	6	0,5.	7	15,8	3
Amapá	36,2	1	25,5	2	18,2	3	7,5	5	2,0	6	0,8.	7	9,1	4
Tocantins	39,9	1	24,8	2	14,7	3	5,5	5	1,6	6	0,7.	7	12,3	4
Maranhão	45,7	1	17,9	3	8,4	4	2,8	5	0,8	6	0,4.	7	22,6	2
Piauí	47,3	1	16,7	3	8,9	4	2,9	5	1,1	6	0,5.	7	21,7	2
Ceará	51,7	1	19,0	2	8,8	4	3,0	5	1,1	6	0,5.	7	14,9	3
Rio Grande do Norte	45,7	1	24,0	2	12,0	3	4,0	5	1,6	6	0,6.	7	11,5	4
Paraíba	48,4	1	18,7	2	8,9	4	3,2	5	1,3	6	0,5.	7	18,2	3
Pernambuco	47,6	1	22,3	2	10,5		3,7.	4	1,4	5	0,6.	6	13,3	3
Alagoas	47,2	1	19,3	2	9,3	4	3,6	5	1,1	6	0,5.	7	18,1	3
Sergipe	49,9	1	19,9	2	10,5	4	4,0	5	1,6	6	0,5.	7	13,0	3
Bahia	48,8	1	19,5	2	9,9	4	3,3	5	1,2	6	0,5.	7	16,1	3
Minas Gerais	37,0	1	31,7	2	16,6	3	4,9	5	1,6	6	0,7.	7	6,9	4
Espírito Santo	31,6	2	33,4	1	18,5	3	6,1	5	2,0	6	0,7.	7	7,2	4
Rio de Janeiro	26,0	2	36,1	1	21,6	3	7,9	4	3,2	6	1,3.	7	3,5	5
São Paulo	17,6	3	40,4	1	25,5	2	8,2	4	2,9	6	1,2.	7	3,6	5
Paraná	23,8	2	37,6	1	21,9	3	6,6	5	2,0	6	0,7.	7	6,8	4
Santa Catarina	17,1	3	40,3	1	26,2	2	6,6	5	1,9	6	0,7.	7	6,7	4
Rio Grande do Sul	24,2	2	36,7	1	21,4	3	6,3	5	2,0	6	0,8.	7	7,8	4
Mato Grosso do Sul	29,0	2	35,7	1	19,4	3	6,3	4	1,9	6	0,8.	7	6,2	5
Mato Grosso	27,3	2	34,4	1	21,2	3	6,1	5	1,7	6	0,7.	7	7,9	4
Goiás	31,8	2	34,4	1	19,2	3	5,9	4	1,8	6	0,8.	7	5,4	5
Distrito Federal	19,4	3	30,4	1	20,6	2	13,6	4	8,0	5	4,0.	6	3,5	7

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Como se pode observar acima, mais de 50% das pessoas ocupadas no Ceará recebem até 1 salário mínimo. Apesar de ser um contingente significativo de pessoas, é um quadro não muito diferente dos outros estados do Nordeste.

É fato também que os demais estados da federação, mesmo os das regiões mais ricas como as do Sul e do Sudeste, detinham contingentes significativos de pessoas ocupadas que ganham até um salário mínimo e de 1 a 2 salários mínimos. Por exemplo, o estado de São Paulo continha 17,6% das pessoas ocupadas que ganham até 1 salário mínimo e pouco mais de 40% que ganham de 1 a 2 salários mínimos. Assim, dentro de uma comparação intra-estado, as distribuições salariais das pessoas ocupadas são ainda bem concentradas em grupos onde os ganhos ainda são baixos.

4. POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E CATEGORIA DO EMPREGO NO TRABALHO PRINCIPAL

Nesta seção, descrevem-se as pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação³ e categoria do emprego⁴ no trabalho principal. Inicialmente, nas Tabelas 6 e 7 apresentam uma divisão no âmbito das grandes regiões brasileiras. As Tabelas 8 e 9 apresentam as mesmas divisões das duas tabelas anteriores em termos das unidades da federação. Por fim, as Tabelas 10 e 11 mostram uma distribuição transversal do percentual de cada categoria de emprego na sua respectiva área geográfica.

Nas Tabelas 6 e 7 pode-se observar a distribuição dos ocupados por categoria no trabalho principal para as cinco regiões brasileiras. Assim, dos mais de 58 milhões de empregados no Brasil, mais de 28 milhões pertenciam à região Sudeste, seguido de mais de 12,5 milhões do Nordeste. Mesmo assim, é importante observar que dentro da categoria de empregados estão os empregados sem carteira de trabalho; neste caso, observa-se uma proximidade de valores entre as duas regiões. Na verdade, as diferenças entre elas se dá nos empregados com carteira de trabalho assinada, tendo o Nordeste um pouco mais de 6 milhões e o Sudeste mais de 20 milhões.

³ Considerou-se como posição na ocupação a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava.

⁴ Os empregados, quanto à categoria do emprego no trabalho principal, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; e sem carteira de trabalho assinada.

Tabelas 6: Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal no Brasil e Regiões

Brasil / Regiões	Empregados	RK	Empregados c/ carteira de trabalho assinada	RK	Empregados militares e funcionários públicos estatutários	RK	Empregados s/ carteira de trabalho assinada	RK	Empregadores	RK
BRA	58.889.985	-	38.379.685	-	4.917.285	-	15.593.016	-	1.708.754	-
NO	3.644.807	5	1.759.032	5	512.620	5	1.373.156	4	75.456	5
NE	12.659.919	2	6.394.400	3	1.132.598	2	5.132.921	2	272.105	3
SE	28.145.535	1	20.282.225	1	1.947.196	1	5.916.114	1	815.299	1
SU	9.513.432	3	6.979.479	2	706.108	3	1.827.846	3	400.932	2
CO	4.926.292	4	2.964.549	4	618.763	4	1.342.979	5	144.962	4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Outro ponto a ser destacado no âmbito da posição da ocupação são os trabalhadores Conta-própria, não-remunerado⁵ e trabalhadores na produção para o próprio consumo⁶ (Tabela 7). De fato, dos mais de 20,5 milhões de trabalhadores conta-própria, ¼ deles estão no Nordeste, sendo também a segunda região com o maior contingente de não-remunerado, tendo os valores bastante próximos ao Sudeste, região com esse maior contingente. Além disso, observa-se que dos 3,5 milhões de trabalhadores na produção para o próprio consumo, quase 2 milhões deles estavam no Nordeste, valores bem maiores que as demais regiões.

Tabelas 7: Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal no Brasil e Regiões

Brasil / Regiões	Conta própria	RK	Não remunerados	RK	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	RK	S/D
BRA	20.689.548	-	1.528.970	-	3.502.988	-	9.968
NO	1.875.672	4	160.522	4	498.311	2	923
NE	5.456.220	2	481.512	2	1.967.186	1	1.472
SE	8.148.202	1	513.648	1	479.360	3	5.229
SU	3.661.674	3	253.212	3	421.926	4	1.105
CO	1.547.780	5	120.076	5	136.205	5	1.239

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

É preciso entender o porquê do contingente expressivo no Nordeste de trabalhadores conta-própria e trabalhadores para o próprio consumo. No caso dos primeiros, seria interessante saber se já existem políticas de microcrédito por parte do Banco do

⁵ Não remunerado – para pessoa que trabalhou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, em ajuda na atividade econômica de morador de domicílio que era conta-própria, empregador ou empregador do setor privado.

⁶ Trabalhador na produção para o próprio consumo – para pessoa que trabalhou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, na produção de bens, em atividades da agricultura, pecuária, caça, produção florestal, pesca ou aquicultura, destinados somente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio.

Nordeste em andamento para ambos os tipos de trabalhadores de forma a poder elevar suas produtividades.

Dentro dessa mesma perspectiva, as Tabelas 8 e 9 são similares as 6 e 7 com a diferença que estão segmentadas por unidades da federação aos invés das áreas geográficas. Por ser o estado mais populoso, São Paulo é o que apresenta a primeira posição em quase todas as posições na ocupação, com exceção da categoria trabalhadores para o próprio consumo, que é caracterizada pela produção para a própria subsistência. Aqui cabe salientar que o Ceará é o quinto no quantitativo de trabalhadores que não possuem carteira de trabalho assinada.

Tabelas 8: Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal por Unidades da Federação

Unidades da Federação	Empregados	RK	c/carteira de trabalho assinada	RK	Militares e funcionários públicos estatutários	RK	s/carteira de trabalho assinada	RK	Empregadores	RK
Brasil	58.889.985		38.379.685		4.917.285		15.593.016		1.708.754	
Rondônia	0,75%	23	0,66%	23	1,21%	23	0,82%	24	0,67%	23
Acre	0,30%	25	0,26%	25	0,31%	27	0,39%	25	0,16%	26
Amazonas	1,31%	19	1,09%	18	1,92%	18	1,67%	18	0,78%	20
Roraima	0,20%	27	0,12%	27	0,59%	26	0,26%	27	0,15%	27
Pará	2,68%	11	1,82%	12	4,13%	8	4,32%	9	1,93%	12
Amapá	0,29%	26	0,22%	26	0,64%	25	0,37%	26	0,18%	25
Tocantins	0,66%	24	0,41%	24	1,61%	20	0,98%	23	0,55%	24
Maranhão	2,04%	12	1,28%	16	2,93%	13	3,65%	11	1,26%	16
Piauí	1,14%	21	0,77%	21	1,50%	21	1,94%	15	0,72%	22
Ceará	3,60%	9	2,73%	10	3,04%	12	5,94%	5	2,42%	10
Rio Grande do Norte	1,40%	18	1,21%	17	1,71%	19	1,80%	17	1,09%	18
Paraíba	1,50%	16	1,02%	19	2,37%	14	2,40%	12	1,17%	17
Pernambuco	3,66%	8	3,11%	9	3,78%	9	5,00%	7	2,95%	9
Alagoas	1,17%	20	0,95%	20	1,36%	22	1,65%	19	0,81%	19
Sergipe	0,88%	22	0,74%	22	1,05%	24	1,17%	21	0,73%	21
Bahia	6,09%	5	4,86%	6	5,30%	5	9,37%	3	4,78%	7
Minas Gerais	11,18%	2	10,99%	2	12,71%	2	11,15%	2	10,72%	2
Espírito Santo	2,00%	13	1,99%	11	2,07%	17	1,99%	14	2,25%	11
Rio de Janeiro	8,96%	3	9,65%	3	9,38%	3	7,16%	4	8,05%	5
São Paulo	25,65%	1	30,21%	1	15,44%	1	17,65%	1	26,70%	1
Paraná	6,15%	4	6,81%	4	4,50%	6	5,05%	6	8,77%	3
Santa Catarina	3,94%	7	4,75%	7	3,14%	11	2,19%	13	6,28%	6
Rio Grande do Sul	6,06%	6	6,62%	5	6,72%	4	4,48%	8	8,42%	4
Mato Grosso do Sul	1,41%	17	1,28%	15	2,21%	16	1,47%	20	1,80%	13
Mato Grosso	1,70%	15	1,55%	14	2,34%	15	1,87%	16	1,67%	14
Goiás	3,55%	10	3,20%	8	4,33%	7	4,15%	10	3,61%	8
Distrito Federal	1,71%	14	1,69%	13	3,70%	10	1,13%	22	1,41%	15

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Conforme já argumentado, trabalhadores conta-própria, caracterizados por explorarem seu próprio empreendimento, necessitam de políticas públicas específicas, como incentivos a contribuição previdenciária. São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, devido ao seu maior contingente populacional, são os de maior número de trabalhadores nesta categoria. O Ceará detém 4,1% de empregados conta-própria ocupando a nona posição. Por fim, cabe observar que uma fração significativa de 7,6% de trabalhadores cearenses na produção para o próprio consumo estando atrás apenas da Bahia, Minas Gerais e Maranhão.

Tabelas 9: Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal por Unidades da Federação

Unidade da Federação	Conta própria	RK	Não remunerados	RK	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	RK	S/D
Brasil	20.689.548		1.528.970		3.502.988		9.968
Rondônia	1,05%	23	1,18%	21	1,28%	19	0,44%
Acre	0,34%	25	0,42%	25	0,71%	24	0,54%
Amazonas	1,81%	14	2,17%	13	3,66%	12	3,00%
Roraima	0,21%	27	0,24%	27	0,43%	25	0,10%
Pará	4,69%	7	5,43%	7	6,69%	6	4,62%
Amapá	0,34%	26	0,37%	26	0,31%	26	0,29%
Tocantins	0,64%	24	0,68%	24	1,15%	20	0,26%
Maranhão	3,69%	11	5,10%	9	8,36%	3	1,84%
Piauí	1,60%	17	2,12%	14	4,72%	9	0,60%
Ceará	4,10%	9	5,41%	8	7,57%	4	4,62%
Rio Grande do Norte	1,39%	18	1,56%	19	2,30%	15	1,18%
Paraíba	1,78%	15	2,10%	15	5,00%	8	0,97%
Pernambuco	4,23%	8	4,30%	10	7,20%	5	2,38%
Alagoas	1,26%	20	1,70%	17	3,70%	11	0,21%
Sergipe	1,09%	22	1,04%	23	1,72%	16	0,52%
Bahia	7,24%	5	8,17%	3	15,59%	1	2,44%
Minas Gerais	9,97%	2	9,00%	2	8,48%	2	6,54%
Espírito Santo	2,02%	13	1,68%	18	1,07%	21	1,50%
Rio de Janeiro	7,79%	3	5,78%	6	1,02%	22	9,01%
São Paulo	19,61%	1	17,14%	1	3,11%	13	35,40%
Paraná	6,32%	6	5,94%	5	3,91%	10	4,75%
Santa Catarina	4,04%	10	3,54%	11	2,62%	14	2,70%
Rio Grande do Sul	7,34%	4	7,08%	4	5,52%	7	3,64%
Mato Grosso do Sul	1,30%	19	1,51%	20	0,83%	23	0,44%
Mato Grosso	1,67%	16	1,82%	16	1,34%	18	2,65%
Goiás	3,39%	12	3,46%	12	1,51%	17	2,62%
Distrito Federal	1,12%	21	1,05%	22	0,21%	27	6,72%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Nas Tabelas 10 e 11, a seguir, é feita uma análise do ponto de vista transversal: neste caso, é observado como estão distribuídos os trabalhadores por cada ocupação em cada unidade da federação. Como se pode observar, pouco menos de um terço dos trabalhadores cearenses são empregados com carteira de trabalho assinada e 27,6% são empregados sem carteira de trabalho assinada. Um dado interessante é que todos os estados das regiões Sul e Sudeste apresentaram um contingente de trabalhadores com carteira de trabalho assinada em mais de 45%.

Tabelas 10: Pessoas de 10 anos ou mais de idade por idade, ocupadas, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal por Unidades da Federação

Brasil / UF	Total	c/carteira de trabalho assinada	R K	Militares e funcionários públicos	R K	S/carteira de trabalho assinada	R K	Empregadores	R K
Brasil	86.330.2	44,5%	1	5,7%	4	18,1%	3	2,0%	6
Rondônia	731.813	34,6%	1	8,1%	4	17,5%	3	1,6%	7
Acre	278.924	35,3%	1	5,5%	5	21,9%	3	1,0%	7
Amazonas	1.323.40	31,7%	1	7,1%	5	19,6%	3	1,0%	7
Roraima	180.733	25,7%	1	16,2%	4	22,7%	3	1,4%	7
Pará	2.896.89	24,1%	2	7,0%	5	23,3%	3	1,1%	7
Amapá	260.819	31,9%	1	12,1%	4	21,9%	3	1,2%	7
Tocantins	583.109	27,3%	1	13,6%	4	26,2%	2	1,6%	7
Maranhão	2.359.33	20,8%	3	6,1%	5	24,1%	2	0,9%	7
Piauí	1.213.74	24,4%	3	6,1%	5	24,9%	2	1,0%	7
Ceará	3.358.73	31,2%	1	4,4%	5	27,6%	2	1,2%	7
Rio Grande do Norte	1.237.23 7	37,4%	1	6,8%	4	22,6%	3	1,5%	7
Paraíba	1.477.49	26,5%	1	7,9%	5	25,3%	2	1,3%	7
Pernambuco	3.401.64	35,1%	1	5,5%	5	22,9%	3	1,5%	7
Alagoas	1.119.78	32,6%	1	6,0%	5	23,0%	3	1,2%	7
Sergipe	831.659	34,1%	1	6,2%	5	22,0%	3	1,5%	7
Bahia	5.838.77	31,9%	1	4,5%	5	25,0%	3	1,4%	7
Minas Gerais	9.263.76	45,5%	1	6,7%	4	18,8%	3	2,0%	6
Espírito Santo	1.696.22	45,1%	1	6,0%	4	18,3%	3	2,3%	5
Rio de Janeiro	7.152.91	51,8%	1	6,5%	4	15,6%	3	1,9%	5
São Paulo	19.994.3	58,0%	1	3,8%	4	13,8%	3	2,3%	5
Paraná	5.308.97	49,2%	1	4,2%	4	14,8%	3	2,8%	5
Santa Catarina	3.409.30	53,5%	1	4,5%	4	10,0%	3	3,1%	5
Rio Grande do Sul	5.534.00 6	45,9%	1	6,0%	4	12,6%	3	2,6%	6
Mato Grosso do Sul	1.181.21 5	41,6%	1	9,2%	4	19,4%	3	2,6%	5
Mato Grosso	1.448.55	41,0%	1	8,0%	4	20,1%	3	2,0%	6
Goiás	2.959.27	41,5%	1	7,2%	4	21,9%	3	2,1%	5
Distrito Federal	1.287.51	50,5%	1	14,1%	3	13,6%	4	1,9%	5

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010

Deve-se também frisar a categoria conta-própria no Ceará com um quarto da população inserida nela. Como se observa também, apenas 1,2% dos cearenses foram caracterizados como empreendedores. De um modo geral, a estrutura de ocupação da população cearense se mostrou semelhante à de todos os estados do Nordeste.

Tabelas 11: Pessoas de 10 anos ou mais de idade por idade, ocupadas, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal por Unidades da Federação

Brasil / UF	Total	Conta própria	R K	Não remunerados	R K	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	R K
Brasil	86.330.21	24,0%	2	1,8%	7	4,1%	5
Rondônia	731.813	29,7%	2	2,5%	6	6,1%	5
Acre	278.924	25,0%	2	2,3%	6	8,9%	4
Amazonas	1.323.402	28,3%	2	2,5%	6	9,7%	4
Roraima	180.733	23,7%	2	2,0%	6	8,2%	5
Pará	2.896.891	33,5%	1	2,9%	6	8,1%	4
Amapá	260.819	26,6%	2	2,2%	6	4,1%	5
Tocantins	583.109	22,7%	3	1,8%	6	6,9%	5
Maranhão	2.359.338	32,3%	1	3,3%	6	12,4%	4
Piauí	1.213.742	27,3%	1	2,7%	6	13,6%	4
Ceará	3.358.738	25,2%	3	2,5%	6	7,9%	4
Rio Grande do Norte	1.237.237	23,2%	2	1,9%	6	6,5%	5
Paraíba	1.477.493	24,9%	3	2,2%	6	11,9%	4
Pernambuco	3.401.647	25,7%	2	1,9%	6	7,4%	4
Alagoas	1.119.783	23,3%	2	2,3%	6	11,6%	4
Sergipe	831.659	27,1%	2	1,9%	6	7,2%	4
Bahia	5.838.777	25,7%	2	2,1%	6	9,4%	4
Minas Gerais	9.263.763	22,3%	2	1,5%	7	3,2%	5
Espírito Santo	1.696.224	24,6%	2	1,5%	7	2,2%	6
Rio de Janeiro	7.152.916	22,5%	2	1,2%	6	0,5%	7
São Paulo	19.994.37	20,3%	2	1,3%	6	0,5%	7
Paraná	5.308.973	24,6%	2	1,7%	7	2,6%	6
Santa Catarina	3.409.302	24,5%	2	1,6%	7	2,7%	6
Rio Grande do Sul	5.534.006	27,4%	2	2,0%	7	3,5%	5
Mato Grosso do Sul	1.181.215	22,7%	2	2,0%	7	2,5%	6
Mato Grosso	1.448.558	23,9%	2	1,9%	7	3,2%	5
Goiás	2.959.271	23,7%	2	1,8%	6	1,8%	7
Distrito Federal	1.287.510	18,0%	2	1,2%	6	0,6%	7

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste informe foi analisar as condições de trabalho e rendimento da população brasileira, das suas regiões e dos estados federativos com ênfase no estado do Ceará.

Observou-se que, em 2010, do total da população residente no Brasil com 10 anos ou mais um pouco mais da metade da população brasileira pertenciam ao grupo das pessoas economicamente ativas com a grande maioria delas ocupadas (apenas 4,4% desocupadas). Os resultados verificados no Nordeste e no Ceará ficaram bem próximos ao do Brasil.

Além disso, é importante destacar que nas três áreas geográficas, Brasil, Nordeste e Ceará, detinham uma estimativa aproximada de 85% da População em Idade Ativa (PIA) – população com capacidade para trabalhar. Tal fato é caracterizado como a fase do bônus demográfico – período em que o crescimento da PIA é mais rápido do que toda a população fazendo com que o PIB per capita se expanda independente dos ganhos de produtividade. Estimativas mostram que até 2020 o Brasil viverá a fase do bônus demográfico.

Foram feitas também análises no que tange as pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade em termos de salário mínimo para as grandes regiões e as unidades federativas do Brasil. No caso das regiões, pode-se observar que o Nordeste foi que apresentou o maior número de pessoas que ganhavam até um salário mínimo e que também não apresentavam rendimentos. Além disso, mais da metade da população brasileira que não detinha nenhum rendimento estava localizada nesta região.

São Paulo, o Estado mais rico da federação e pertencente a região Sudeste, foi aquele de maior contingente de pessoas que ganhavam até 1 salário mínimo. A Bahia é o Estado de maior número de pessoas ocupadas sem rendimentos, seguido de São Paulo e Minas Gerais. Além disso, dentro de uma comparação intra-estado, as distribuições salariais das pessoas ocupadas são ainda bem concentradas em grupos onde os ganhos ainda são baixos. Sem dúvida, políticas de aumento da produtividade destes trabalhadores, como, por exemplo, elevação do nível de escolaridade, seriam de salutar para estes trabalhadores.

Em termos de posição da ocupação, observou-se que dos mais de 58 milhões de empregados no Brasil, 28 milhões pertenciam à região Sudeste seguido de mais de 12,5 milhões do Nordeste. Outro ponto a ser destacado são os trabalhadores Conta-própria. De fato, dos mais de 20,5 milhões de trabalhadores conta-própria, $\frac{1}{4}$ deles estão no Nordeste brasileiro (o Ceará também possui uma fração similar). É importante enfatizar a importância deste grupo de trabalhadores. Nos dizeres do professor Edward Glaeser, de Harvard, “há forte correlação entre a presença de

pequenas empresas e o crescimento posterior de uma região. A concorrência – fenômeno dos ‘homens acostumados a participar de corridas’ – parece gerar sucesso econômico”.